



## PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL 6ª Vara da SJGO

**PROCESSO: 1063682-43.2025.4.01.3500 CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)**

**IMPETRANTE: ----- IMPETRADO: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM GOIAS,  
UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)**

### SENTENÇA

#### I – Relatório

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ----- em 09/10/2025, objetivando a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários de Imposto Territorial Rural (ITR) referentes aos exercícios de 2021 (R\$ 683.547,91) e 2022 (R\$ 1.033.068,41), na parte controversa, sob o fundamento de existência de erro material no preenchimento das DITRs (omissão de Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal – RL na base de cálculo), cuja correção foi buscada por meio de Pedido Administrativo de Revisão de Lançamento (Dossiê 10120.747313/2025-89, em 04/09/2025), cuja análise se encontra pendente.. O fim último da impetração é permitir a emissão de Certidão de Regularidade Fiscal (CR).

O Juízo postergou a apreciação da liminar.

Informações prestadas pela autoridade impetrada (ID 2219859586). Alegou que a exigibilidade dos ITRs 2021/2022 havia retornado após a rescisão dos parcelamentos a pedido do próprio Impetrante. Não obstante o pedido administrativo de revisão (Dossiê 10120.747313/2025-89), o Fisco asseverou que a suspensão deste débito específico seria insuficiente para garantir a emissão da CR/CPEN, dada a comprovação de uma pluralidade de pendências fiscais autônomas e ativas, incluindo débitos exigíveis de IRRF e Contribuições Previdenciárias de 2025, omissões de DITR de 2023/2024 e vasto rol de inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

O Ministério Público Federal (MPF) manifestou-se ciente dos autos, informando não ter interesse no processo.

É o relatório. Decido.

#### II - Fundamentação

O feito comporta julgamento de mérito no estado em que se encontra (CPC, art. 355, I).

O Mandado de Segurança, como remédio constitucional, visa proteger direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder (CF, art. 5º, LXIX).

O impetrante postula o reconhecimento do direito líquido e certo à suspensão da exigibilidade dos créditos de ITR de 2021 e 2022, na parte controversa, sustentando que: (i) as declarações de ITR (DITRs) desses exercícios continham erro material por omissão das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL); e ii) a formalização do Pedido de Revisão de Lançamento (Dossiê 10120.747313/2025-89, em



04/09/2025) impõe a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, a teor do art. 151, III, do CTN e, em consequência, a obtenção da Certidão de Regularidade Fiscal.

Por sua vez, a autoridade impetrada não nega a instauração do procedimento administrativo, mas refuta a ilegalidade do ato coator, sustentando que o crédito ITR 2021/2022 voltou a ser exigível após a rescisão dos parcelamentos pelo próprio impetrante. Ainda mais relevante, o Fisco juntou Relatório de Situação Fiscal (ID 2219860466) para demonstrar que a concessão da suspensão dos ITRs seria insuficiente para gerar a regularidade fiscal, devido à existência de múltiplos outros débitos exigíveis (IRRF, Contribuições Previdenciárias de 2025 e inúmeras inscrições em Dívida Ativa da União - DAU).

A controvérsia, portanto, reside na análise do art. 151, III, do CTN frente ao erro material comprovado, e na utilidade do provimento jurisdicional (emissão da Certidão de Regularidade Fiscal – CR/CPEN) diante da pluralidade de débitos fiscais pendentes.

Superada a delimitação da lide, passa-se à análise da probabilidade do direito referente à suspensão da exigibilidade. O impetrante comprovou que as DITRs de 2021 e 2022 omitiram as áreas de APP e RL (IDs 2215700711 e 2215700731), configurando erro material na base de cálculo. Nesse sentido, é irrefutável que a Lei nº 9.393/96 (art. 10, § 1º) exclui as áreas de preservação permanente e de reserva legal da base de cálculo do ITR.

Dessa forma, o art. 151, inciso III, do CTN expressamente prevê que as reclamações e os recursos no processo tributário administrativo suspendem a exigibilidade do crédito. A instauração do novo procedimento administrativo de revisão (Dossiê 10120.747313/2025-89), baseado em erro material objetivo, configura uma controvérsia que, por imperativo legal, exige o afastamento imediato dos efeitos da cobrança sobre o ITR 2021/2022 até o desfecho da análise administrativa. Portanto, o direito líquido e certo à suspensão da exigibilidade do ITR controverso resta configurado.

Todavia, o ponto de inflexão reside no pedido final do impetrante: a emissão da Certidão de Regularidade Fiscal (CR/CPEN). Conforme o art. 206 do CTN, essa certidão só pode ser emitida quando todos os débitos tiverem sua exigibilidade suspensa.

Em que pese o reconhecimento do direito à suspensão do ITR 2021/2022, a autoridade impetrada anexou prova documental incontestável (Relatório de Situação Fiscal - ID 2219860466) que comprova a inutilidade prática da ordem mandamental para o fim visado.

Conforme demonstrado pela RFB, o impetrante possui pendências fiscais autônomas e ativas, que incluem débitos exigíveis classificados como "DEVENDOR" (IRRF e Contribuições Previdenciárias – CPSEGUR, CP-PATRONAL, CP-TERCEIROS – relativos a meses recentes de 2025) e um vasto rol de inscrições em Dívida Ativa da União (DAU). Dessarte, esses débitos, que não foram objeto de suspensão ou discussão neste *mandamus*, configuram óbices autônomos e suficientes para impedir a emissão da Certidão de Regularidade Fiscal.

Em conclusão, o pedido é julgado procedente em parte. Reconhece-se o direito à suspensão do ITR 2021/2022 durante a revisão administrativa (art. 151, III, CTN), mas o pedido de emissão da Certidão de Regularidade Fiscal é rejeitado por ineficácia prática, ante a existência de óbices fiscais independentes e comprovados.

### III - Dispositivo

Ante o exposto, com fundamento no Art. 487, I, do Código de Processo Civil, c/c Art. 1º da Lei nº 12.016/2009, e pelas razões aduzidas, **CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA** para:

1. RECONHECER o direito líquido e certo do Impetrante à suspensão da exigibilidade dos créditos tributários de ITR dos exercícios de 2021 e 2022, na parte em que controversos, nos termos do art. 151, III, do CTN; enquanto perdurar o Pedido Administrativo de Revisão de Lançamento (Dossiê 10120.747313/2025-89); e
2. DEIXAR DE CONCEDER A ORDEM na parte em que pleiteia a emissão da Certidão de Regularidade Fiscal (CR/CPEN), dada a existência de pendências fiscais autônomas e exigíveis, comprovadas no Relatório de Situação Fiscal (ID 2219860466).



Custas de lei. Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009).

Sentença sujeita ao Reexame Necessário (art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

*(data e assinatura eletrônicas).*

<<assinado digitalmente >>>

**Paulo Ernane Moreira Barros**  
**Juiz Federal**

